



Poder Legislativo de Salto do Itararé

Câmara Municipal “Vereador Roberto José de Sene”

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 13/2025

SÚMULA: Estabelece diretrizes para a gestão, o controle e a transparência da frota de veículos oficiais do Município de Salto do Itararé e dá outras providências.

O VEREADOR **LUCAS DAVID DOS SANTOS**, no uso de suas atribuições, apresenta o seguinte Projeto de Lei, ao plenário:

Art. 1º Esta Lei estabelece diretrizes para a gestão, o controle e a transparência da utilização da frota de veículos oficiais do Município de Salto do Itararé, compreendendo veículos próprios, locados ou colocados à disposição da Administração Pública Municipal direta e indireta.

Parágrafo único. As diretrizes desta Lei têm por finalidade aprimorar a gestão da frota, reduzir desperdícios, prevenir o uso indevido de veículos e ampliar a transparência perante a população.

Art. 2º A política municipal de gestão da frota de veículos oficiais observará, dentre outras, as seguintes diretrizes:

- I – uso prioritário dos veículos em atividades essenciais de interesse público, com planejamento prévio de rotas e horários;
- II – busca permanente da economicidade, com redução de gastos desnecessários com combustível, manutenção e deslocamentos injustificados;
- III – vedação ao uso particular dos veículos oficiais e coibição de qualquer desvio de finalidade;
- IV – registro mínimo das informações de utilização dos veículos, contendo data, horário, identificação do condutor, quilometragem inicial e final, unidade solicitante e finalidade do deslocamento;
- V – **priorização do uso de recursos tecnológicos** que permitam o controle objetivo dos deslocamentos, rotas, tempos de uso e demais dados operacionais dos veículos oficiais;
- VI – transparência ativa das informações gerais sobre a gestão da frota, resguardados os dados protegidos por sigilo ou por legislação específica;
- VII – observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da Constituição Federal.





Poder Legislativo de Salto do Itararé

Câmara Municipal “Vereador Roberto José de Sene”

Art. 3º No prazo de até **180 (cento e oitenta) dias**, contados da publicação desta Lei, o Poder Executivo **elaborará plano de gestão e controle da frota de veículos oficiais**, contemplando, no mínimo:

- I – diagnóstico da frota existente, com quantidade de veículos, tipo, ano, situação de uso e principais finalidades de atendimento;
- II – procedimentos padronizados para requisição, utilização e devolução dos veículos;
- III – critérios objetivos para distribuição e priorização dos veículos entre as secretarias e órgãos municipais;
- IV – **avaliação técnica da viabilidade de adoção de sistemas de rastreamento veicular, geolocalização online, telemetria e ferramentas tecnológicas congêneres**, com análise de custo-benefício;
- V – **proposta de cronograma gradativo de implementação** das medidas de controle tecnológico consideradas viáveis, **priorizando os veículos vinculados às áreas de saúde, educação e transporte de passageiros**;
- VI – definição de indicadores de desempenho e metas de melhoria na gestão da frota, em termos de economia, racionalização de uso e transparência.

§ 1º O plano de que trata o caput será formalizado por ato do Poder Executivo e **encaminhado à Câmara Municipal** para conhecimento e acompanhamento, sem prejuízo da competência fiscalizatória do Legislativo.

§ 2º Na avaliação de que trata o inciso IV, o Poder Executivo **deverá considerar, como solução preferencial**, a adoção de sistemas de rastreamento veicular e telemetria que permitam a localização em tempo real, o registro de rotas, de quilometragem e demais dados relevantes à gestão da frota, sempre que demonstrada sua viabilidade técnica e econômica.

Art. 4º Fica o Poder Executivo **autorizado** a adotar sistemas tecnológicos de rastreamento veicular, telemetria e ferramentas congêneres para fins de controle, gestão e transparência da frota municipal, observado o plano de que trata o art. 3º e a legislação aplicável.

§ 1º A forma, o alcance, a abrangência e os parâmetros técnicos para utilização dos sistemas tecnológicos serão definidos em ato regulamentar do Poder Executivo, inclusive quanto à proteção de dados pessoais.

§ 2º A adoção dos sistemas tecnológicos previstos neste artigo observará a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, bem como a legislação orçamentária vigente.

Art. 5º Para fins de transparência e controle social, o Poder Executivo **deverá elaborar relatórios consolidados anuais** sobre a gestão da frota de veículos oficiais, contendo, no mínimo:





Poder Legislativo de Salto do Itararé

Câmara Municipal “Vereador Roberto José de Sene”

I – quantidade de veículos em operação, por órgão ou secretaria;

II – resumo da utilização da frota, com dados consolidados de quilometragem rodada e principais finalidades de uso;

III – síntese das ações implementadas para aprimoramento do controle da frota, inclusive quanto à eventual adoção de tecnologias de rastreamento e telemetria;

IV – indicação de resultados obtidos com as medidas adotadas, especialmente em termos de economia e racionalização de uso.

§ 1º Os relatórios anuais serão encaminhados à Câmara Municipal e poderão ser disponibilizados em meio eletrônico oficial do Município, observada a legislação de acesso à informação e de proteção de dados.

§ 2º A periodicidade dos relatórios poderá ser ampliada por ato do Poder Executivo, caso entenda necessário elaborar relatórios semestrais ou trimestrais.

Art. 6º Para implementação das diretrizes desta Lei, o Poder Executivo poderá:

I – promover capacitação dos servidores responsáveis pela gestão e controle da frota;

II – revisar normas internas, regulamentos e manuais de uso dos veículos oficiais, adequando-os às diretrizes aqui estabelecidas;

III – firmar contratos, convênios, termos de cooperação e demais ajustes com órgãos e entidades públicas ou privadas, nos termos da legislação vigente, visando à melhoria da gestão da frota.

Art. 7º A execução das ações decorrentes desta Lei ficará condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira do Município, observadas a Lei Orçamentária Anual, o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 8º O Poder Executivo poderá, no que couber, regulamentar esta Lei, definindo procedimentos específicos para a gestão, o controle e a transparência da frota de veículos oficiais.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Salto do Itararé – PR, 01 de dezembro de 2025.

LUCAS DAVID DOS SANTOS

Vereador





Poder Legislativo de Salto do Itararé

Câmara Municipal “Vereador Roberto José de Sene”

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei nasce de uma necessidade concreta vivenciada pelo Município de Salto do Itararé: o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle, transparência e racionalidade no uso da frota de veículos oficiais.

Recentemente, a imprensa regional noticiou suposto episódio em que veículo oficial da Prefeitura de Salto do Itararé, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, foi flagrado em território paraguaio, fato que gerou enorme repercussão local e ensejou a cobrança de providências por parte da população e do Legislativo.

Independentemente do desfecho administrativo específico desse caso, que deve ser apurado pelos canais competentes, com respeito ao contraditório e à ampla defesa, o episódio evidencia uma fragilidade estrutural: **o controle da utilização de veículos públicos ainda depende, em grande medida, de denúncias, registros informais e flagrantes ocasionais.**

Não se trata, portanto, de personalizar o debate ou de transformar um fato isolado em palanque político, mas de reconhecer que a ausência de instrumentos objetivos de monitoramento da frota abre espaço para dúvidas sobre a regularidade dos deslocamentos, alimenta a sensação de impunidade e corrói a confiança da população na adequada gestão do patrimônio público.

A adoção de diretrizes claras para a gestão da frota, com previsão de plano específico de controle, estudo técnico sobre a viabilidade de sistemas de rastreamento e geolocalização, cronograma gradativo de implementação quando houver viabilidade econômica e elaboração de relatórios periódicos, representa uma resposta institucional séria e responsável a esse cenário.

Em vez de apenas reagir a cada denúncia, o Município passa a atuar de forma preventiva, com regras estáveis e mecanismos permanentes de fiscalização.

Sob a ótica da **economicidade**, o controle mais rigoroso dos veículos oficiais tende a reduzir desperdícios com combustível, manutenção e deslocamentos injustificados, permitindo que os recursos públicos sejam direcionados às políticas essenciais de saúde, educação, assistência social e demais áreas sensíveis. A experiência de outros municípios que já implantaram sistemas de rastreamento aponta, inclusive, para significativa redução de custos operacionais, justamente pela racionalização dos roteiros e pela inibição do uso indevido.

Do ponto de vista da **segurança**, o monitoramento da frota contribui para a proteção de servidores, agentes políticos e usuários de serviços públicos, uma vez que, em situações de furto, roubo, sequestro ou risco à integridade física, a possibilidade de localização do veículo em tempo quase real se torna ferramenta relevante de apoio às autoridades competentes.





Poder Legislativo de Salto do Itararé

Câmara Municipal “Vereador Roberto José de Sene”

No campo da **transparência e do controle social**, a previsão de relatórios consolidados e, quando tecnicamente viável, a disponibilização de informações gerais e agregadas em portal oficial, permite que a sociedade acompanhe, de forma qualificada, como a frota está sendo utilizada. Não se trata de expor dados sensíveis ou sigilosos, mas de garantir que o cidadão tenha acesso a indicadores mínimos de utilização, cumprimento de rotas e resultados obtidos com as medidas de controle.

Importante ressaltar que o Projeto de Lei proposto respeita a autonomia administrativa do Poder Executivo, na medida em que:

1. estabelece **diretrizes gerais** de gestão, controle e transparência, sem ingerência indevida na organização interna da Administração;
2. exige a elaboração de **plano e estudo técnico** sobre a viabilidade de adoção de tecnologias de rastreamento e geolocalização, em vez de determinar, de forma imediata e absoluta, a contratação de soluções específicas;
3. condiciona a **implantação gradativa** dos sistemas tecnológicos à demonstração de viabilidade econômica e operacional e à observância da legislação orçamentária.

Assim, o Parlamento Municipal cumpre seu papel constitucional de legislar sobre matérias de interesse local e de aperfeiçoar os instrumentos de fiscalização, sem usurpar a iniciativa privativa do Chefe do Executivo nem criar despesas desprovidas de lastro financeiro.

Diante de todo o exposto, a aprovação deste Projeto de Lei representa não apenas uma resposta pontual a fatos recentemente noticiados, mas um passo importante na consolidação de uma cultura de respeito ao patrimônio público, de transparência na gestão e de responsabilidade com o uso dos veículos oficiais do Município.

Por essas razões, **submeto o presente Projeto de Lei à apreciação dos Nobres Pares, confiando em sua aprovação.**

Sala das Sessões, 01 de dezembro de 2025.

LUCAS DAVID DOS SANTOS

Vereador






Página de assinaturas

Assinado eletronicamente

LUCAS SANTOS
096.197.279-32
Signatário

HISTÓRICO

- | | | |
|-------------------------|---|---|
| 01 dez 2025
11:05:43 |  | Câmara Municipal criou este documento. (Empresa: Câmara Municipal de Salto do Itararé, Email: atendimento@saltodoitarare.pr.leg.br) |
| 01 dez 2025
11:06:04 |  | LUCAS DAVID DOS SANTOS (Celular: +5543984191276, CPF: 096.197.279-32) visualizou este documento por meio do IP 168.0.117.146 localizado em Siqueira Campos - Paraná - Brazil |
| 01 dez 2025
11:06:08 |  | LUCAS DAVID DOS SANTOS (Celular: +5543984191276, CPF: 096.197.279-32) assinou este documento por meio do IP 168.0.117.146 localizado em Siqueira Campos - Paraná - Brazil |

